

**PROJETO LEI Nº077/2025**

**REVOGA LEI.**

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 2.360, de 11 de outubro de 2022.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 03 de outubro de 2025

**Luís Henrique Kittel**  
Prefeito Municipal

## **JUSTIFICATIVA**

Senhora Presidente, Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei tem como finalidade promover a necessária adequação do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 1.014/1995, especificamente no que diz respeito à redação que trata da dedução de materiais nos serviços elencados no item 7.02 da Lista de Serviços anexa à referida lei, que contempla a execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica, bem como outras obras correlatas.

Verificou-se, por meio de análise do Setor de Fiscalização da Prefeitura Municipal, que a manutenção da redação atual é desnecessária, pois cabe destacar que não há mais repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal sobre a controvérsia acerca da dedução de materiais na base de cálculo do ISS em serviços de construção civil. Dessa forma, a permanência da redação revogada não encontra mais respaldo jurídico, podendo gerar interpretações equivocadas e dificuldades de aplicação da norma tributária municipal.

Assim, a revogação proposta busca dar maior clareza e segurança ao ordenamento municipal, eliminando dispositivos que perderam a razão de existir diante da evolução legislativa e da pacificação do tema no âmbito jurídico, contribuindo para a simplificação e modernização da legislação tributária local.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiantes na sua aprovação.

**Luís Henrique Kittel**  
Prefeito Municipal